

Múltis descartam recessão no Brasil em 98

Maria Helena Tachinardi
de Washington
(Continuação da página A-1)

não afetarão os planos de investimentos nos próximos dois anos. Mesmo com o novo abalo nas bolsas de valores nos últimos dias, "nada de significativo mudou entre a época em que a enquete foi feita e hoje", disse a este jornal Mark Smith, diretor executivo do Conselho e organizador da consulta. "A pesquisa mostra que existe confiança na equipe econômica, no real e no potencial do País, mas é preciso uma ação concreta na área fiscal e nas reformas constitucionais. Além disso, o resultado das eleições é importante para a continuidade da confiança dos investidores", salientou.

Das 42 empresas associadas ao Conselho, 20 enviaram respostas a um questionário de nove perguntas. Entre as empresas ouvidas destacam-se Dana Corporation (autopeças), Grupo Lund (editorial), GM (automobilística), Cargill (alimentos), Veirano e Advogados (serviços), Tenneco e Enron (energia), Goodyear (pneus), Raytheon do Brasil (defesa e engenharia), Xerox (equipamentos de escritório), Pagoda (roupas e calçados), ATT e MCI (telecomunicações), Odebrecht (construção e engenharia), Caterpillar (máquinas pesadas), Guardian do Brasil (vidros para autos), Chubb (seguros) e AmCham Rio (Câmara de Comércio Brasil/EUA).

Para 17 das empresas consultadas não haverá desvalorização do real e para 15, ou 75% do universo pesquisado, a economia brasileira terá um crescimento moderado neste ano, entre 2% e 4%. Nenhuma, porém, acredita em recessão. No médio prazo (próximos dois a três anos), doze multinacionais antecipam um crescimento do PIB de 4% a 6%, enquanto sete esperam uma expansão moderada da economia, entre 2% e 4% no período.

Bastante interessante foi a resposta sobre a expectativa de crescimento dos negócios das empresas: oito delas projetam um forte am-



pliação – de 4% a 6% reais neste ano – maior do que a esperada expansão da economia brasileira. Quatro multinacionais acreditam que suas receitas no Brasil crescerão 6% ou mais. Apenas uma prevê queda no faturamento de até 3%.

"Elas apostam na capacidade da equipe econômica de gerenciar o País num quadro de desafio futuro", comenta Smith, referindo-se às respostas sobre "como a reação do Brasil à crise asiática afetou a sua confiança na habilidade do País de lidar com futuros desafios econômicos". Estão "levemente mais confiantes" 55% dos entrevistados, segundo o levantamento, sendo que 25% responderam que sua avalia-

ção continua a mesma, 10% afirmaram que estão pouco menos confiantes e outros 10% observaram que estão "significativamente mais confiantes".

Embora demonstrando uma certa expectativa otimista sobre o futuro e a segurança de que "o Brasil é um país que veio para ficar no cenário mundial", os empresários norte-americanos dizem que, para aumentar a sua confiança na economia brasileira, é preciso, em primeiro lugar, corrigir a situação fiscal. As outras prioridades apontadas, por ordem de importância, são as reformas constitucionais, sobretudo as que reduzirão o déficit público, a con-

Na agenda, normas e serviços

Maria Helena Tachinardi
de Washington

Até o final de outubro deverá estar pronta uma pesquisa a ser realizada pelo Conselho Empresarial Brasil/EUA e Confederação Nacional da Indústria (CNI) para identificar as dez maiores barreiras tarifárias e não-tarifárias que afetam as operações de empresas norte-americanas e brasileiras nos mercados dos dois países. O estudo vai procurar aferir o valor dos negócios prejudicados e, a partir dos resultados, os empresários vão pedir aos governos ações administrativas concretas por ordem hierárquica. "Não dá para atacar todas as barreiras ao mesmo tempo, por isso queremos ações no curto prazo levando em conta os produtos e serviços mais prejudicados", disse a este jornal Mark Smith, diretor executivo da seção norte-americana do Conselho Empresarial Brasil/EUA.

Duas áreas – normas e serviços – serão prioritárias, de acordo com a nova agenda do Conselho a ser aprovada na próxima terça-feira, em Washington, em reunião de planejamento estratégico da entidade. No encontro, o embai-

xador brasileiro nos EUA, Paulo Tarso Flecha de Lima, e o representante de Comércio adjunto dos EUA para o hemisfério ocidental, Peter Allgeier, falarão aos empresários. "Nosso tema principal para este ano é a retomada de uma agenda positiva enfocando ações no curto prazo para facilitar os negócios", comenta Smith.

**Principal
objetivo é
agir no
curto prazo
para facilitar
os negócios**

Segundo ele, o relacionamento entre os dois países "é sofisticado" e nele cabem os dois temas: o confronto comercial – como no caso das altas tarifas que afetam a entrada do suco de laranja brasileiro no mercado americano, e os processos anti-"dumping" que prejudicam as vendas de aço – e uma abordagem positiva para facilitar "problemas do dia-a-dia", como a exigência de visto de trabalho para empresários da área de serviços. "Isso complica a vi-

da zona hemisférica de livre comércio é "extremamente importante" para os negócios de 15% das empresas entrevistadas.

Embora para os empresários brasileiros as barreiras sanitárias e fitossanitárias no mercado americano ocupem um lugar de destaque na lista das reclamações, esse

**Para 70% das
empresas,
reeleição é
importante
para manter a
confiança no País**

item tem pouco impacto negativo nos negócios das empresas americanas que operam no Brasil. O principal problema, na avaliação delas, são as barreiras enfrentadas na alfândega brasileira. Na pesquisa do Conselho Empresarial Brasil/EUA, a segunda maior barreira é a ausência de reconhecimento mútuo de normas e padrões, seguida dos requisitos para vistos de trabalho e registro e proteção da propriedade intelectual. Os problemas sanitários e fitossanitários são os menos importantes, na avaliação das multinacionais.

da das empresas que querem mandar freqüentemente funcionários de um país a outro. Para resolver esse tipo de problema são necessárias apenas ações administrativas".

A seção americana do Conselho Empresarial, que reúne 16 das 20 principais empresas com investimentos no País, criou no ano passado o Fórum Brasil, uma plataforma para as autoridades brasileiras se comunicarem com o empresariado dos EUA. O primeiro dos oito conferencistas deste ano será Pedro Parente, secretário executivo do Ministério da Fazenda, que estará em Washington em meados de fevereiro.

Em 1997, participaram dos debates do Fórum os ministros Luiz Felipe Lampreia, das Relações Exteriores, e Pedro Malan, da Fazenda, o deputado Alberto Goldman e seu colega americano Phil Crane, o secretário executivo da Câmara de Comércio Exterior, Frederico Álvares, os embaixadores Flecha de Lima e Thomas "Mack" McLarty, e o secretário executivo do Ministério das Comunicações, Renato Guerreiro.

Múltis descartam
16 JAN 1998

recessão no

Econ.

Brasil neste ano

PIB poderia crescer 2 a 4%

Maria Helena Tachinardi
de Washington

Grandes corporações norte-americanas com investimentos no Brasil não prevêem desvalorização do real neste ano e nem apostam em recessão. Ao contrário, projetam um crescimento da economia entre 2 e 4% em 1998 e entre 4 e 6% nos próximos dois a três anos. Mais: entre as principais empresas dos EUA operando no mercado brasileiro, existe um consenso de que seus negócios, neste ano, vão crescer a uma taxa superior à do Produto Interno Bruto (PIB) do País.

Essa expectativa foi aferida em pesquisa feita pela seção norte-americana do Conselho Empresarial Brasil/EUA com 20 multinacionais dos EUA no final de dezembro, dois meses após o auge da crise asiática e da edição, pelo governo, de um pacote de 51 medidas desti-

nadas a atenuar o impacto sobre o Brasil das turbulências no mercado financeiro mundial. A avaliação dos empresários será divulgada nesta terça-feira, na primeira reunião do ano do Conselho.

Os líderes das empresas aprovarão um plano estratégico da entidade para 1998 com um novo enfoque: influir nas decisões dos governos dos dois países para facilitar, a curto prazo, os negócios nas áreas de normas e serviços. Entre as reivindicações dos empresários, consta um acordo de reconhecimento mútuo de testes de qualidade dos produtos. A finalidade é evitar que empresas exportadoras americanas, com certificados de qualidade emitidos por laboratórios dos EUA, tenham que se submeter a novos testes no Brasil.

Para 65% das múltis, as medidas do pacote fiscal

(Cont. A-4)